

O POSICIONAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA NOS PROCESSOS LEGISLATIVOS DA PEC 3/2021 E DO PL 5.064/2023

Sabrina de Sousa Gomes¹, Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho²

Resumo: A bancada ruralista constitui um grupo de pressão no Parlamento em favor da aprovação dos atos normativos que alteram dispositivos constitucionais sobre imunidades parlamentares (PEC nº 3/2021) e concedem anistia a condenados por crimes contra instituições democráticas (PL nº 5.064/2023). A pesquisa parte do seguinte questionamento: qual é o parâmetro adotado para o posicionamento do grupo parlamentar da agropecuária nos Processos Legislativos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3/2021 e do Projeto de Lei (PL) nº 5.064/2023? A hipótese é de que a atuação se fundamenta no interesse privado dos atores do agronegócio em sua permanência nos cargos parlamentares para os quais foram eleitos e na manutenção da salvaguarda das demandas do setor. O presente trabalho tem por finalidade analisar o posicionamento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) nas votações da PEC nº 3/2021 e do PL nº 5.064/2023. Como objetivos específicos, pretende-se apresentar a bancada ruralista como um grupo de pressão, bem como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como um Aparelho Privado de Hegemonia empresarial (APHe). Além disso, expor os membros integrantes da Câmara dos Deputados e seus respectivos votos nos casos em estudo. A pesquisa é qualitativa, descritiva e documental, fazendo uso da episteme crítico-dialética e das categorias analíticas "totalidade" e "contradição". Verifica-se que o Senador de autoria do PL nº 5.064/2023 compõe a Frente Parlamentar da Agropecuária e que quantidade expressiva de membros da Câmara dos Deputados que votaram em prol da PEC nº 3/2021 também são integrantes do grupo. Conclui-se, portanto, confirmada a hipótese, que os atores do setor, alinhados

¹ Acadêmica de Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA), integrante do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO) e pesquisadora vinculada à Linha 03: Aparelhos Ideológicos de Estado, Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial e Poder Legislativo como partícipes nos Conflitos Constitucionais Socioeconômicos. E-mail: sabrina.gomes@urca.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2894030561350899>

² Professor do Departamento de Direito, pesquisador-coordenador do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO/URCA), pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos Fundamentais (GEDHUF/URCA) e pesquisador do Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersetorial (GAPPI/UFRN). E-mail: djamiro.acipreste@urca.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8138176681043938>

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"



politicamente à direita, têm interesse na aprovação dos atos normativos que, eleitoralmente, atuam para a manutenção de seus cargos e pautas. Assim, espera-se como resultado que, no devido processo legislativo dos referidos atos normativos, encontre-se que os votos para aprovação dos mesmos sejam de partidos políticos vinculados ao centrão, em geral, e da FPA, em específico, além da extrema-direita.

Palavras-chave: Frente Parlamentar da Agropecuária. Poder Legislativo. Grupo de Pressão. Aparelho Privado de Hegemonia empresarial. Conflito Constitucional Socioeconômico.